

**QUESTÕES OBJETIVAS
EDUCADOR SOCIAL**

1) Assinale o uso da crase em uma das frases:

- a) O Secretário da Educação viajará a Itajaí.
- b) O governador Raimundo Colombo retornou a Florianópolis.
- c) Nós viajaremos a Curitiba.
- d) Nós iremos a Joaçaba.
- e) A presidente Dilma Rousseff viajou a Itália.

2) Assinale a alternativa com o uso correto do hífen

- a) Meio-Oeste
- b) Aero-moça
- c) Auto-escola
- d) Auto-retrato
- e) Hetero-Sexualidade

3) De acordo com a Reforma Ortográfica, foi suprimido o acento agudo de algumas palavras.

Assinale a alternativa que estiver correta:

- a) Européia
- b) Idéia
- c) Estréia
- d) Heroico
- e) Apnéia

4) Marque a alternativa correta para o plural do verbo Manter:

- a) Eles mantém
- b) Eles mantêm
- c) Eles mantem
- d) Eles mantêem
- e) Eles manteem

5) Indique a palavra escrita corretamente, conforme o novo Acordo Ortográfico:

- a) Vôo
- b) Enjoo
- c) Perdôo
- d) Lêem
- e) Crêem

6) O escritor José Saramago morreu no dia 18 de junho de 2010. Assinale a obra foi escrita por Saramago:

- a) Ensaio sobre a cegueira
- b) Memórias Póstumas de Brás Cubas
- c) Dona Flor e seus dois maridos
- d) Vidas Secas
- e) Triste fim de Policarpo Quaresma

7) Assinale a alternativa certa. A operação que investiga o escândalo de corrupção na Petrobras é denominada:

- a) Pente fino
- b) Lava Jato
- c) Ave de Rapina
- d) Águia
- e) Sentinela

8) Assinale a alternativa correta. O novo Ministro da Fazenda do Governo Dilma é:

- a) Joaquim Levy
- b) Guido Mantega
- c) Luiz Fernando Furlan
- d) Neri Geller
- e) Manoel Dias

9) Aponte a afirmação correta. O Tsunami é:

- a) Abalo sísmico. São tremores passageiros que ocorrem na superfície terrestre. Esse fenômeno natural pode ser desencadeado por fatores como atividade vulcânica, falhas geológicas e, principalmente, pelo encontro de diferentes placas tectônicas.
- b) Uma série de ondas gigantes, que se formam através de abalos sísmicos, e também são conhecidos como maremotos.
- c) É uma coluna de ar giratória, que se desloca a uma velocidade de 30km/h a 60km/h em volta de um centro de baixa tensão. Apesar de pequeno, é um intenso redemoinho de vento que ocorre quando uma nuvem em movimento alcança a terra.
- d) Ventania violenta e repentina; redemoinho de vento.
- e) Grande chuva que pertence raios, trovões e relâmpagos.

10) O Estado brasileiro com os melhores índices no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em 2014 no Ensino Fundamental foi:

- a) Santa Catarina
- b) Rio Grande do Sul
- c) Minas Gerais
- d) Sergipe
- e) Rio Grande do Norte

11) A realidade vivenciada nos dias atuais, é de uma sociedade capitalista, impregnada pela cultura individual e determinada muitas vezes pela globalização. Neste processo, modificam-se as relações culturais, conseqüentemente posturas, valores, princípios, os quais têm refletido no âmbito familiar, escolar e social. Permeados por essa diversidade, encontramos desafios para educar, pois educar nos exige: rigorosidade metódica; pesquisa; respeito ao educando; corporificação das palavras pelo exemplo; aceitação do novo; rejeição de qualquer forma de discriminação; Reflexão crítica sobre a prática; bom senso, humildade, alegria e tolerância e essencialmente convicção de que a mudança é possível. Desta forma, educar exige competências caracterizadas por uma síntese de conhecimentos, habilidades e atitudes imprescindíveis a atuação do profissional (MEZZAROLA, 2008).

De acordo com o que diz o autor é correto afirmar que:

- a) O Educador Social deve atuar diretamente na situação e dar uma resposta para as necessidades e desejos das crianças e adolescentes e/ou dos adultos de forma adequada.
- b) Deve ter embasamento teórico e experiência prática para tal. Essa resposta não significa resolver o problema, mas desencadear ações para que ele seja solucionado.
- c) O Educador Social deve saber planejar, organizar e refletir com relação as suas ações e intervenções futuras. Deve saber refletir sobre sua própria prática, avaliando sua intenção, ação e resultado esperado.
- d) O Educador Social deve saber refletir sobre os problemas de âmbito profissional do seu grupo de trabalho, para uma melhor compreensão, favorecendo assim, o desenvolvimento da profissão nos espaços públicos.
- e) Todas as alternativas citadas, são competências necessárias para um Educador Social.

12) Entre os educadores sociais, destaca-se Paulo Freire, que defende a idéia de que existem princípios que marcam, de forma clara e objetiva, o modo de entender o ato educativo. Considerando as características do pensamento desse autor, analise as afirmações que se seguem:

- I - Educar é um ato que envolve a reflexão sobre a própria prática.
- II - Modificar a cultura originária é parte do processo educativo.
- III - Superar a consciência ingênua é tarefa da ação educativa.
- IV - Educar é um ato que acontece em todos os espaços da vida.
- V - Educar é transmitir o conhecimento erudito e universalmente reconhecido.

Estão de acordo com o pensamento de Paulo Freire apenas as afirmações:

- a) I e II
- b) II e V
- c) I, III e IV
- d) I, IV e V
- e) I, II, III e IV

13) A Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 3º, determina que : A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A partir do texto deste artigo pode-se afirmar que:

- a) É dever somente da família proporcionar as crianças e adolescentes um desenvolvimento adequado as exigências sociais.
- b) A escola é responsável pela formação profissional do sujeito.
- c) Ao estado cabe proporcionar uma educação de qualidade.
- d) Todos os seguimentos sociais devem estar envolvidos no cumprimento desta lei.
- e) Somente uma parcela da população tem acesso ao desenvolvimento integral.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – AMAUC

PROCESSO SELETIVO 06/2014 – MUNICÍPIO DE PERITIBA

14) O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. O capítulo IV dispõe sobre os objetivos desta lei, citados em quais alternativas?

I - O acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade;

II - Integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social;

III - Desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência;

IV - Formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência;

V - Estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência.

a) I e II

b) II e V

c) I, III e IV

d) I, IV e V

e) I, II, III e IV

15) A Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. No capítulo II artigo 3º e 4ª, são determinados princípios e diretrizes. Em quais alternativas estão representados princípios?

I - A família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

II - A viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;

III - A participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos

IV - O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

PROCESSO SELETIVO 06/2014 – MUNICÍPIO DE PERITIBA

V - As diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei.

- a) I e II
- b) II e V
- c) I, III e IV
- d) I, IV e V
- e) I, II, III e IV

16) POEMA: O Direito das Crianças

Ruth Rocha

Toda criança no mundo
Deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo
Contra os rigores da vida.
Criança tem que ter nome
Criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome
Ter segurança e estudar.
Não é questão de querer
Nem questão de concordar
Os direitos das crianças
Todos tem de respeitar.
Tem direito à atenção
Direito de não ter medos
Direito a livros e a pão
Direito de ter brinquedos.
Mas criança também tem
O direito de sorrir.
Correr na beira do mar,
Ter lápis de colorir...
Ver uma estrela cadente,
Filme que tenha robô,
Ganhar um lindo presente,
Ouvir histórias do avô.
Descer do escorregador,
Fazer bolha de sabão,
Sorvete, se faz calor,
Brincar de adivinhação.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – AMAUC

PROCESSO SELETIVO 06/2014 – MUNICÍPIO DE PERITIBA

Morango com chantilly,
Ver mágico de cartola,
O canto do bem-te-vi,
Bola, bola, bola, bola!
Lamber fundo da panela
Ser tratada com afeição
Ser alegre e tagarela
Poder também dizer não!
Carrinho, jogos, bonecas,
Montar um jogo de armar,
Amarelinha, petecas,
E uma corda de pular.

Dos artigos que seguem, quais contemplam o poema:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

a) Art. 2º e 3º

b) Art. 3º

c) Art. 3º e 4º

d) Art. 4º

e) Art. 2º

PROCESSO SELETIVO 06/2014 – MUNICÍPIO DE PERITIBA

17) Sujeitos à exploração e à violência, ao abuso e com uma alimentação precária, sem atenção, carinho e educação, é assim que vivem meninos e meninas em situação de rua, ou seja, sem proteção nenhuma. Além disso, são discriminados e rotulados como criminosos. A maioria das crianças que vivem em situação de rua tem um passado marcado pela violência e pelo desamparo. Os motivos, pelos quais uma criança acaba indo parar nas ruas são os mais diversos. Estes são alguns deles: o falecimento dos pais, a violência dentro da família ou o abuso, o trabalho pesado para contribuir no sustento da família ou a falta de alimentação. Nas ruas, as crianças vivem à mercê de toda espécie de perigo. Meninos e meninas são obrigados a se prostituírem, são estuprados, e, por fim, meninas engravidam contra a sua vontade. Droga, fome e doenças comprometem a vida de crianças e jovens.

(Disponível em: (http://br.kindernothilfe.org/criancas_em_situacao_de_rua.html))

Da realidade apresentada neste texto, surgiu a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua como forma de orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos. Alguns dos objetivos desta lei estão apresentados a seguir. Assinale-os.

I- Assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - Garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - Instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - Produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V - Desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;

a) I e III

b) II, III e IV

c) I, II, III, IV e V

d) IV e V

e) III e V

18) O crack é uma droga que causa dependência com muita rapidez. Para o usuário se recuperar, a ajuda precisa vir na mesma velocidade. O primeiro passo é buscar ajuda de profissionais especializados e iniciar o tratamento. No Brasil existem instituições que prestam atendimento tanto para a família quanto para o dependente, com base no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas. Dos objetivos do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas alguns estão representados a seguir.

I. Estruturar, integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de Crack e outras drogas, contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis, entre outros, crianças, adolescentes e população em situação de rua; estruturar, ampliar e fortalecer as redes de atenção à saúde e de assistência social para usuários de Crack e outras drogas, por meio da articulação das ações do Sistema Único de Saúde SUS com as ações do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

II. Capacitar, de forma continuada, os atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de Crack e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas; promover e ampliar a participação comunitária nas políticas e ações de prevenção do uso, tratamento, reinserção social e ocupacional de usuários de Crack e outras drogas e fomentar a multiplicação de boas práticas.

III. Disseminar informações qualificadas relativas ao Crack e outras drogas; fortalecer as ações de enfrentamento ao tráfico de Crack e outras drogas ilícitas em todo o território nacional, com ênfase nos Municípios de fronteira.

São objetivos do Plano:

a) I

b) I e II

c) III

d) II e III

e) I, II e III

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – AMAUC

PROCESSO SELETIVO 06/2014 – MUNICÍPIO DE PERITIBA

19) A Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e determina outras providências.

Com base nesta lei, os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra idoso serão obrigatoriamente comunicados pelos profissionais de saúde a quaisquer dos seguintes órgãos, exceto:

- a) Ministério Público
- b) Conselho Municipal do Idoso
- c) Entidades de atendimento
- d) Autoridade policial
- e) Conselho Estadual do Idoso

20) Conforme o que determina o Estatuto do Idoso, é obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos. Assinale a alternativa que contempla o que é determinado pelo Estatuto do idoso.

- a) O direito à liberdade compreende o direito de ir e vir, a liberdade de culto, a livre expressão, o livre convencimento e a possibilidade de buscar apoio para a prática da ortotanásia assistida.
- b) Por ser dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento vexatório ou constrangedor, fica impedida a veiculação da imagem de idosos em campanhas publicitárias sobre preservativos.
- c) É proibida a oferta de esportes de aventura para os maiores de sessenta anos.
- d) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.
- e) Os maiores de sessenta anos têm direitos políticos plenos, sendo-lhes vedada, unicamente, a candidatura a cargo eletivo nas assembleias legislativas.